

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

JARIZA RUGIANO

**Resistência cultural e confronto: o caso dos Guarani Mbya da aldeia
Guyrapaju em São Bernardo do Campo (SP)**

**São Paulo
2019**

JARIZA RUGIANO

**Resistência cultural e confronto: o caso dos Guarani Mbya da aldeia
Guyrapaju em São Bernardo do Campo (SP)**

Trabalho de conclusão de curso, no formato de artigo científico, apresentado ao Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como condição para obter o título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais.

Orientador: Prof. Dr. Silas Nogueira

São Paulo

2019

AGRADECIMENTOS

À Iracema Martins da Silva Ará, ao Maurílio Mirim dos Santos Karai e ao Elson da Silva Karai, lideranças indígenas da aldeia Guyrapaju, além de Francisca Martins da Silva Guarani, da mesma comunidade. A disponibilidade deles foi fundamental para entender o modo de viver Guarani Mbya e relacioná-lo com os conceitos trabalhados na pesquisa.

À Josie Veronesi, professora do Ensino Fundamental 1 e 2 na aldeia, e ao diretor de projeto da Associação Paulista dos Gestores Ambientais (APGAM), Edmilson Gonçalves. Foram as pessoas que ajudaram no contato inicial com o grupo indígena localizado na área rural de São Bernardo do Campo (SP).

À orientação do Prof. Dr. Silas Nogueira, o qual apontou obras e conceitos que ajudaram a embasar os argumentos ao longo da pesquisa, com atenção às observações e dúvidas da pesquisadora.

Às dicas bibliográficas da pedagoga e mestre em História Social, Eva Aparecida dos Santos.

RESISTÊNCIA CULTURAL E CONFRONTO: O CASO DOS GUARANI MBYA DA ALDEIA GUYRAPAJU EM SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)¹

Jariza Rugiano²

RESUMO:

Este artigo busca estimular reflexões sobre a resistência cultural dos Guarani Mbya da Guyrapaju, localizada na região pós-balsa do distrito de Riacho Grande, e sua relação intercultural com não indígenas (*jurua*). Essa aldeia integra a Terra Indígena Tenondé Porã, a qual tem o histórico de 30 anos de luta até conseguir ser demarcada em 2016, e sinaliza como a territorialidade é fundamental para garantir os costumes, direitos e cultura desse grupo étnico. Além disso, a importância da espiritualidade que vem conseguindo se manter tradicional mesmo com tentativas de conversão religiosa praticada por cristãos.

Palavras-chave: Guyrapaju; Guarani Mbya; resistência cultural; integração; conflito

ABSTRACT:

This article aims to stimulate reflections on the cultural resistance of the Guyrapaju Guarani Mbya, located after the ferry in the region of Riacho Grande district, and its intercultural relationship with non-indigenous people (*jurua*). This village is part of the Tenondé Porã Indigenous Land, which has a history of 30 years of struggle until be demarcated in 2016, and signals how territoriality is fundamental to guarantee the customs, rights and culture of this ethnic group. In addition, the importance of spirituality as tradition even with religious conversion attempts practiced by Christians.

Keywords: Guyrapaju; Guarani Mbya; cultural resistance; integration; conflict

RESUMEN:

Este artículo busca estimular reflexiones sobre la resistencia cultural de los Guaraní Mbya de la Guyrapaju, ubicada en la región del distrito Riacho Grande, y su relación intercultural con no indígenas (*jurua*). Esta aldea integra la Tierra Indígena Tenondé Porã, la cual tiene el histórico de 30 años de lucha hasta conseguir ser demarcada en 2016, y señala como la territorialidad es fundamental para garantizar las costumbres, derechos y cultura de ese grupo étnico. Además, la importancia de la espiritualidad que viene consiguiendo mantenerse tradicional incluso con intentos de conversión religiosa practicada por cristianos.

Palabras clave: Guyrapaju; Guaraní Mbya; resistencia cultural; la integración; conflicto

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais.

² Jornalista graduada pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e pós-graduanda em Gestão de Projetos Culturais no Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC). Contato: jarizarugiano@gmail.com

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. CONTEXTUALIZANDO OS GUARANI MBYA E A ALDEIA GUYRAPAJU.....	6
3. CULTURA E RESISTÊNCIA DOS GUARANI MBYA DIANTE DOS <i>JURUA</i>	7
3.1 TERRITORIALIDADE E MOBILIDADE.....	10
4. RELAÇÃO INTERCULTURAL: ORA AUTÔNOMA, ORA MEDIADA.....	11
4.1 CONFRONTO E RELAÇÃO INTERCULTURAL COMO CAMINHOS PARA QUEBRAR PADRÕES.....	13
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17
APÊNDICE A – Entrevista.....	19
APÊNDICE B – Autorizações preenchidas pelos entrevistados.....	31
APÊNDICE C – Registro fotográfico na aldeia Guyrapaju.....	34

1. INTRODUÇÃO

Este artigo busca instigar reflexões sobre a resistência cultural e a relação intercultural dos Guarani Mbya da aldeia Guyrapaju, em São Bernardo do Campo (SP).

Durante a pesquisa de campo foram contatadas as lideranças da Guyrapaju, uma professora não indígena que leciona na escola instalada em 2018 na aldeia, um dos profissionais envolvidos no desenvolvimento do Plano Básico Ambiental de Componente Indígena (PBA-CI), aplicado para tal população, e a Fundação Criança de São Bernardo do Campo que vem mediando diálogos entre os indígenas e as instituições políticas que podem auxiliar em soluções às demandas da comunidade.

Por meio da observação participante como metodologia adotada e entrevista semiestruturada aplicada a alguns moradores da Guyrapaju, foi possível absorver aspectos dos costumes e valores, relacionando-os aos conceitos de resistência cultural e relação intercultural.

A leitura de textos da filósofa Marilena Chauí (1986), da geógrafa e antropóloga social Maria Inês Ladeira (2008), dos antropólogos Darcy Ribeiro (2009) e Manuela Carneiro da Cunha (2012), entre outros autores, somou à pesquisa de campo.

Como disse Ortiz:

[...] é o momento de reconhecermos que toda identidade é uma construção simbólica [...] Dito de outra forma, não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos. (ORTIZ, 1985, p. 8)

Nas próximas páginas encontram-se dados dos Guarani Mbya e da aldeia Guyrapaju, assim como reflexões sobre a cultura, a resistência e a integração na sociedade brasileira repleta de conflitos e estereótipos impostos pelos não indígenas.

No fim, entrevista (na íntegra) concedida por indígenas da Guyrapaju, que serviu de base para o desenvolvimento do artigo, e fotos feitas na aldeia.

2. CONTEXTUALIZANDO OS GUARANI MBYA E A ALDEIA GUYRAPAJU

Os Guarani Mbya é um dos grupos do povo Guarani e estão localizados no Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Em território brasileiro, os Mbya ficam pelo interior e litoral da região Sul e nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo com aldeias pela Mata Atlântica e litoral. Essa etnia também está localizada no Pará, em Tocantins e minoria na região Centro-Oeste³.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) estimou, em 2008, cerca de 51 mil Guarani, sendo sete mil do grupo Mbya, este praticante do dialeto mbya pertencente à língua guarani (da família Tupi-Guarani e do tronco linguístico Tupi)⁴.

Atualmente a Guyrapaju é formada por 40 Guarani Mbya distribuídos em 13 famílias. Desde 2012 essa aldeia está estabelecida na região pós-balsa de São Bernardo do Campo (SP), à margem da represa Billings e próxima do bairro Santa Cruz. De acordo com Maurílio Mirim dos Santos Karai, uma das lideranças do local, a faixa etária que predomina recentemente é formada por adolescentes.

Além das casas de pau a pique e barro, a aldeia é composta pela casa de reza (*opy*), uma escola para o Ensino Fundamental 1 e 2, horta (atualmente parada), banheiro seco com tratamento ecológico de resíduos, estrutura de internet e telefone.

Um site que divulga a visita guiada e outras vivências oferecidas aos *jurua* (não indígenas) interessados em conhecer a aldeia, além das capacitações profissionais aplicadas aos indígenas, são ações praticadas na Guyrapaju por meio do Plano Básico Ambiental de Componente Indígena (PBA-CI).

Esse plano ambiental funciona como condição para a empresa Rumo Logística (Grupo Cosan e antiga América Latina Logística – ALL) duplicar a malha ferroviária do trecho Itirapina-Cubatão, obra que impacta 12 aldeias, entre elas, seis da Terra Indígena Tenondé Porã, onde fica a Guyrapaju.

A Terra Indígena Tenondé Porã tem 1.175 habitantes (Guarani, Guarani Mbya e Guarani Ñandeva)⁵ e com 15.969 hectares, compreendendo o extremo sul da cidade de São

³ LADEIRA, Maria Inês. *Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*, 2008, p. 61.

⁴ Programa Povos Indígenas no Brasil/ Instituto Socioambiental (ISA). Guarani Mbya. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Mbya> Acesso em: 19 Jan. 2019.

⁵ Instituto Socioambiental (ISA). Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/5248>> Acesso em: 19 Jan. 2019.

Paulo, região pós-balsa de São Bernardo do Campo e parte do litoral paulista (São Vicente e Mongaguá)⁶. A demarcação como TI (terra indígena) declarada ocorreu em 2016, quando o Ministério da Justiça divulgou a portaria MJ/GAB nº548, e oito aldeias (*tekoa*) formam a Tenondé Porã atualmente⁷.

Vale lembrar que o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra São Bernardo do Campo como o quarto município do estado paulista com a maior população indígena por situação de domicílio, com o total de 778 indígenas, sendo 771 em meio urbano e sete em meio rural⁸.

O Censo 2010 também aponta 274 línguas indígenas praticadas por 305 etnias diferentes no país. O levantamento mostra 896.917 mil declarantes ou se consideram indígenas, 572.083 mil (63,8%) vivendo em área rural e 324.834 mil (36,2%) em área urbana. Quanto aos que vivem em Terras Indígenas reconhecidas, esses chegam a 517.383 mil (57,5%) pessoas⁹.

3. CULTURA E RESISTÊNCIA DOS GUARANI MBYA DIANTE DOS *JURUA*

Para conhecer a aldeia Guyrapaju foi utilizado uma das vias de acesso, a estrada Água Limpa, localizada após a balsa e no distrito de Riacho Grande. Outra forma seria pela estrada do bairro Barragem, em Parelheiros, ou por meio de barco pela represa Billings, saindo da aldeia Krukutu. Durante conversa com os moradores, ficou evidente a importância da espiritualidade, da oralidade e a garantia da terra como meios de fortalecimento aos costumes e à cultura dos Guarani Mbya. Francisca Martins da Silva Guarani, que vive no local, descreveu¹⁰:

A gente sempre mantém a nossa língua, a *opy* [casa de reza], que é a força maior para não perder nossa cultura, e sempre prestar atenção ao que o nosso pai e nossos avós, os mais velhos, sempre passam os saberes, o

⁶Verificação de Terra Indígena demarcada – Tenondé Porã. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/terra_indigena_3/mapa/index.php?cod_ti=23602> Acesso em: 20 Jan. 2019.

⁷ Site sobre o território Tenondé Porã e as visitas guiadas oferecidas aos *jurua* e escolas interessadas. Disponível em: <<https://www.tenondepora.org.br/>> Acesso em: 19 Jan. 2019.

⁸ Idem nota 6 (acima).

⁹ IBGE. O Brasil indígena-Censo demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/pdf-brasil-ind.pdf>> Acesso em: 20 Jan. 2019.

¹⁰ Informação dada durante entrevista realizada no dia 30 de novembro de 2018 em espaço onde ocorrem as aulas para crianças e adolescentes da aldeia.

conhecimento sobre a vida de geração por geração. A gente não tem documento sobre essas coisas, mas a gente guarda na nossa memória. É assim que mantemos nossa cultura até hoje, como o de canto e dança, a casa de reza, cerimônias que fazemos todo ano, como a da erva-mate.

Sobre essa forma de resistência, Maurílio Mirim dos Santos Karai, uma das lideranças da aldeia, completou: “como eu sempre disse, o nosso caderno é a casa de reza e a nossa caneta é o cachimbo, aonde aprende mais coisa”.¹¹ Por estarem perto da área urbana, perceberam a necessidade de cuidado com os resíduos e, assim, não prejudicar a horta que pretendem desenvolver para própria subsistência e para efetivar o plano de venda de alimentos aos moradores não indígenas e escolas da região.

Um dos parceiros na gestão ambiental foi a Associação Paulista dos Gestores Ambientais (APGAM), que ajudou a comunidade a implantar um sistema de gestão ecológica de resíduos pela instalação de banheiros secos no segundo semestre de 2018.

Mesmo o lado espiritual intacto, eles lidam com mudanças no modo de viver. Sem uma plantação permanente, paralela a falta de água para irrigação, ocorreram adaptações alimentares. Nessa questão, os indígenas da Guyrapaju dependem de doações e compram alimentos em mercado com dinheiro vindo da venda de artesanato, das visitas guiadas pela aldeia e do Bolsa Família (poucas famílias contam com o programa). Francisca Guarani detalha essa mudança:¹²

A gente plantava e se alimentava também de peixes, frutífera, vivia mais se sustentando das próprias coisas que a gente plantou. Eu sinto falta da alimentação tradicional com milho, mandioca, batata doce, peixe. Por causa da poluição não pode pescar. Se a gente não comprar ou não aceitar doação, a gente não vai ter o que comer.

Como um dos alimentos que os Mbya consideram sagrado, o milho não está se desenvolvendo e, conseqüentemente, a cerimônia ligada a ele nem sempre é realizada. De acordo com o Maurílio, a população da Guyrapaju recorre ao mel e erva-mate nas cerimônias, por também serem alimentos que ajudam a manter a proteção por perto.

¹¹ Informação dada durante entrevista realizada no dia 30 de novembro de 2018 em espaço onde ocorrem as aulas para crianças e adolescentes da aldeia.

¹² Idem nota 11 (acima).

Mesmo com essas limitações, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha aponta que é possível manter a resistência cultural nas comunidades tradicionais por alternativas simbólicas.

A interferência nas culturas tradicionais atingiu também a religião, os costumes matrimoniais, a organização política, a tecnologia, os hábitos alimentares, estes já afetados pelo depauperização dos territórios de caça e pesca. A resistência indígena a essa interferência manifestou-se no apego a alguns traços culturais que, enfatizados, preservavam a identidade do grupo. Esse é um processo recorrente na afirmação étnica: a seleção de alguns símbolos que garantem, diante das perdas culturais, a continuidade e a singularidade do grupo. Assim, quase todas as comunidades indígenas do Nordeste preservam o ritual do ouricuri ou toré – a que ninguém, a não ser os índios, tem acesso – enquanto muitas outras tradições foram abandonadas. (CUNHA, 2012, p. 107)

Na casa de reza, por exemplo, só entram os nativos. Os não indígenas só podem participar ou assistir cerimônias no local se autorizado por uma liderança da aldeia e desde que sigam algumas regras, como não fotografar o interior desse espaço.

Mas a alteração e adaptação na forma de subsistência se aproximam ao processo de transfiguração étnica, como bem explica Ribeiro:

O trânsito da condição de índio específico, conformado segundo a tradição de seu povo, à de índio genérico, quase indistinguível do caboclo, se dá pelo que eu chamo de *processo de transfiguração étnica*. Em seu curso, sob pressões de ordem biótica, ecológica, cultural, sócio-econômica e psicológica, um povo indígena vai transformando seus modos de ser e de viver para resistir àquelas pressões. Mas o faz conservando sempre sua identificação étnica. (RIBEIRO, 2009, p.12-13)

Com calendário próprio indicando os ciclos adequados para plantar, caçar, fazer rituais, casas e artesanato, os Mbya integram sua *tekoa*, seja aldeia ou conjunto delas, por meio da reciprocidade entre os indígenas.

Muitas vezes colocada à margem social e política, a identidade indígena é assimilada pela população “branca” por meio da construção sociológica de “raça”, que não apresenta uma classificação determinada aos índios. É notável que boa parte da sociedade só considere indígenas quando esses vivem de acordo com estereótipos, como o isolamento, nus, com penas e cocar. Suas adaptações e interações com a globalização dificilmente são vistas como resistência.

Carregado por ideologias, o conceito de “raça” oculta relações de poder e de

dominação, como mostra Munanga (2003, p. 6). Contudo, uma das soluções é compreender a autenticidade indígena, independente do contexto onde ela está inserida. É o que aponta Silva:

[...] devemos entender por “identificação étnica” menos uma atividade técnica e racional de funcionários especializados que buscam materializar um vínculo concreto (para alguns, consanguíneo) de pessoas e grupos contemporâneos com o passado pré-colombiano, e mais como manifestação sucessiva de múltiplas estabilizações contrastivas de grupos que vivenciaram e vivenciam situações de “diáspora”, “contato” e “misturas”. (SILVA, 2005, p. 120)

3.1 TERRITORIALIDADE E MOBILIDADE

Mesmo vivendo as transformações da globalização, os Guarani Mbya têm uma cosmovisão sobre uma territorialidade independente de limites geográficos estabelecidos pelo Estado. A respeito desse aspecto, Maurílio Karai observou:¹³

Antigamente nossos ancestrais, naquela época não existia território com divisão, por exemplo, estado, município. Era livre. [...] nossos antepassados, nossos avós e pajé sonhavam através de reza e em sonhos com terra sem mal, onde se mostrava o caminho. [...] Hoje sabemos que é difícil, ainda mais pela questão política. [...] Como está difícil conseguir demarcação, então ficamos mais nas aldeias, mudamos menos para garantir espaço.

Na mente Mbya o território vai além de fronteiras e não é negociável. Porém, na visão e prática dos *jurua*, elas são estipuladas por políticas de controle do Estado que focam em direitos individuais e não coletivos. Além do Estatuto do Índio (Lei nº6.001 Dez/1973), outro marco que ajuda a garantir a proteção e o direito originário de terras indígenas é o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, a qual reconhece as línguas, tradições, crenças, costumes e organização social.

A mobilidade contínua do Guarani Mbya é outra forma de conservar a territorialidade por meio de suas famílias, sendo agentes transformadores e passando os relatos sobre a chegada em determinadas regiões pela oralidade. Esse ato também é um modo de se manter mais perto de *Nhanderu* (pai celestial/criador do mundo). Tal impulso por transformação e descoberta é o que move uma minoria, de acordo com Sodré (2005, p.1).

¹³ Informação dada durante entrevista realizada no dia 30 de novembro de 2018 em espaço onde ocorrem as aulas para crianças e adolescentes da aldeia.

O conflito entre a noção de territorialidade dos Mbya e dos não indígenas é apontado por Ladeira (2008, p. 99) como falta de compreensão das diferenças culturais nos usos do território e ausência de diálogos permanentes. Como resultado, a antropóloga social e geógrafa aponta a marginalização e a exclusão dessa “minorias” nas etapas de organização do território impostas pelo Estado.

Esse contexto reflete em reações como, por exemplo, disputa de terras. Mesmo demarcada, a aldeia Guyrapaju sofre com pessoas tentando invadir o local e/ou ameaçando quem vive lá. Uma delas ocorreu em novembro de 2018, segundo relato de Maurílio Karai. A maioria dos indígenas estava na casa de reza e seu irmão sumiu enquanto estava a caminho do banheiro. Demorou praticamente a noite inteira para voltar, pois foi capturado por um grupo de homens armados. Ele não conseguia pedir ajudar, pois é mudo.

Quando conseguiu voltar, comunicou as ameaças para a aldeia, foi encaminhado para a casa de reza para tratar o trauma espiritualmente, além de ser levado para atendimento médico. Entende-se, assim, a forte desconfiança indígena diante dos *jurua*.

Tal situação remete à noção capitalista de territorialidade que começou a surgir no século XIX no Brasil, como aponta Cunha (2012). Desde esse período, os indígenas deixaram de ser vistos como mão de obra e passaram a ser vistos e relacionados à questão da terra, pois o Brasil Império buscava expandir fronteiras e propriedades fundiárias. Hoje, esses objetivos não mudaram tanto como alternativa para aumentar capital, flexibilizando caminhos para o setor agrícola, pecuário e de energia. “Trata-se, agora, de substituí-los [indígenas] por gado, construir barragens, explorar minérios” (CUNHA, 2012, p. 115).

Mesmo com os obstáculos ambientais, sociais e políticos, os moradores da Guyrapaju continuam batalhando por melhorias, reconhecimento e respeito. Para essa resistência persistir, como diz Sodré (2005, p. 1), é fundamental que a “minorias” seja um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma relação de poder.

Como parte da resistência cultural da Guyrapaju, a seguir este artigo apresenta como se dá a relação dos Mbya com instâncias políticas.

4. RELAÇÃO INTERCULTURAL: ORA AUTÔNOMA, ORA MEDIADA

Para manter direitos e buscar soluções, a comunidade da Guyrapaju conta com intermediação da Funai, do Comitê Inter aldeias (organização dos Guarani com apoio de indigenistas) e da Fundação Criança de São Bernardo do Campo. Essa última iniciou contato,

em 2017, com a Guyrapaju e a Brilho do Sol, outra aldeia localizada na região pós-balsa da cidade.

Conforme explicado pela coordenadora de projetos sociais da Fundação Criança, Márcia de Oliveira Urso, essa instituição pública leva as demandas dos Guarani Mbya do município para locais e equipes que podem ajudar a reduzir a discriminação que os núcleos indígenas sofrem na região.

Desde 2018, a Fundação Criança funciona, nesse caso, como mediadora da relação entre os indígenas e as secretarias municipais de Educação, Cultura e Meio Ambiente de São Bernardo, a subprefeitura do Riacho Grande, o Governo do Estado (principalmente no que condiz à educação) e a procuradoria federal. Todos formam um comitê intersetorial para levantar as necessidades dessas comunidades e recursos para solucioná-las. Algumas ações já foram colocadas em prática, como exemplificou Márcia Urso:¹⁴

Muito do nosso trabalho com os indígenas envolve a arte como meio para praticar a integração cultural. Levamos crianças da cidade para dentro da aldeia, fizemos uma ação no centro com a participação do grupo indígena, aulas de iniciação musical que resultou no Coral Guarani. Aplicamos ações para as aldeias a partir das solicitações delas. [...] Fizemos várias atividades em conjunto, como ações culturais com jovens indígenas e as crianças não indígenas desmistificando estereótipos.

A respeito do Coral Guarani, Márcia Urso citou rapidamente o interesse da Fundação em colaborar na gravação de um CD desse grupo indígena, material que poderia ser um produto vendável e, assim, colaborar no sustento da comunidade. Essa iniciativa se assemelha à lógica do mercado com influências do hibridismo cultural, conforme explica Canclini.

O antropólogo destaca o surgimento da hibridação principalmente pela criatividade individual e coletiva, influenciando as artes, o cotidiano e o desenvolvimento tecnológico. “Busca-se reconverter um patrimônio (uma fábrica, uma capacitação profissional, um conjunto de saberes e técnicas) para reinseri-lo em novas condições de produção e mercado.” (CANCLINI, 2008, p. XXII).

Mesmo tentando interferir o mínimo possível com expectativas dos *jurua* (não indígena), a fim de preservar o modo de viver dos Guarani Mbya, a forma de atuar desse comitê intersetorial tem relação com a hegemonia como cultura e controle em uma sociedade de classes levantada por Gramsci. É o que indica Chauí (1986, p. 21-22) quando descreve a

¹⁴ Relato durante conversa realizada no dia 5 de dezembro de 2018 na Fundação Criança de São Bernardo do Campo.

hegemonia não como “sistema”, mas sim um complexo de experiências, relações e atividades compondo um conjunto de práticas e expectativas para manter dominação.

Outra mudança sentida pelos indígenas da Guyrapaju foi a comunicação ampliada. Com o objetivo de dinamizar o contato com outras aldeias, conversar com os parceiros, tentar agilizar atendimentos médicos em casos de emergência e expandir a divulgação da visita guiada oferecida aos turistas e escolas, foram instalados internet e telefone em novembro de 2018. A instalação desses meios foi mediante ao PBA-CI viabilizado pela compensação ambiental da Rumo Logística.

Ao inserir esses meios de comunicação na vida cotidiana, os indígenas da Guyrapaju entram mais uma vez na lógica do mercado, ao mesmo tempo expandindo as relações interculturais e interétnicas. Agora a “hibridação interessa tanto aos setores hegemônicos como aos populares que querem apropriar-se dos benefícios da modernidade.” (CANCLINI, 2008, p. XXII).

4.1 CONFRONTO E RELAÇÃO INTERCULTURAL COMO CAMINHOS PARA QUEBRAR PADRÕES

A crença indígena é mantida e fortalecida na casa de reza, onde, todos os dias, os Guarani Mbya se reúnem entre as 16h e a meia-noite. Nesse espaço pedem proteção, orientações ao pajé e, por meio dele, uma forma de alcançar cura das doenças espirituais. A espiritualidade tradicional desse povo não sofreu alterações na Guyrapaju. Porém, pastores evangélicos tentaram converter a comunidade, segundo Maurílio Karai.

Essa tentativa antiga de civilizar a população indígena é outra interpretação equivocada de “respeito”, é considerar a integração como sinônimo da assimilação cultural, como disse Cunha:

O homem é um ser social, de início. Ele é dado em sociedade e não é concebível fora dela. Os direitos do homem se aplicam, portanto, a um homem em sociedade: supõem, assim, direitos das sociedades, direitos dos povos. Ora, um direito essencial de um povo é poder ser ele próprio. Querer a integração não é, pois, querer assimilar-se: é querer ser ouvido, ter canais reconhecidos de participação no processo político do país, fazendo valer seus direitos específicos. (CUNHA, 2012, p. 114)

Adaptando-se à lógica do capital, algumas atividades e profissionalizações exercidas pelos Mbya ajudam a manter a autonomia e subsistência da Guyrapaju. Algumas delas são:

vivências e trilhas da aldeia abertas para turistas e escolas; a venda de artesanatos durante as visitas guiadas; e os indígenas passando por formação de agentes ambientais e barqueiros para proteger e trabalhar pela própria comunidade. Essas funções são viabilizadas com apoio do Plano Básico Ambiental de Componente Indígena (PBA-CI).

O PBA em questão, aprovado pela Funai, recebeu sugestões das aldeias impactadas e foi desenvolvido por profissionais (biólogos, antropólogos, geógrafo e historiador) reunidos pela EcologyBrasil, consultoria contratada pela Rumo Logística. Dessa forma, essa empresa efetiva a obrigação legal de compensação ambiental por conta da obra ferroviária Itirapina-Cubatão que atinge 95,34 hectares¹⁵ da Terra Indígena Tenondé Porã, onde a Guyrapaju está inserida.

Os indígenas da Guyrapaju vêm aproveitando os próprios costumes, a língua, a cultura e os materiais advindos da natureza como meios práticos para conscientizar os *jurua* sobre a diversidade dos Guarani Mbya. Com apoio de instituições como o Comitê Inter aldeias, um dos envolvidos na condução política do PBA, esse grupo indígena vem transformando tal conscientização em trabalho e renda para a comunidade. Como apresentou Ribeiro, “[...] permanecem índios porque sua aculturação não desembocou numa assimilação, mas no estabelecimento de um *modus vivendi* [...]” (RIBEIRO, 2009, p. 503).

Outro relato obtido, a partir da pesquisa em campo, foi o da pedagoga Josie Veronesi, professora do Estado que leciona para o Fundamental 1 e 2 na Guyrapaju. Ela destacou que a aldeia percebeu, mais uma vez, a necessidade de romper padrões propagados por não indígenas, um dos incentivos para sair do isolamento mantido até 2016.

Conversei com as lideranças sobre o que eu tinha visto em escolas, a respeito de atividades que aplicavam em datas como o Dia do Índio, formato que não dá para aceitar, como crianças com uma pena na cabeça e cara pintada. Destaquei sobre a necessidade de quebrar estereótipos. Os indígenas perceberam que isso era importante para não se perpetuar entendimento distorcido sobre a cultura indígena. Até que se formou um grupo intersetorial com participação das lideranças indígenas, com a presença da Fundação Criança, diretoria de ensino, a secretaria municipal de Educação, a subprefeitura do Riacho Grande, área da saúde e, geralmente, participam as direções de escolas também. Assim, começamos a discutir mais sobre

¹⁵ Informação extraída do Plano Operativo do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (CI-PBA) referente à duplicação do trecho ferroviário Itirapina-Cubatão-malha paulista (Dezembro de 2017). O plano fornece sete programas com linhas de ação divididas em 96 atividades que formam a compensação e mitigação aplicadas ao longo de quatro anos nas aldeias impactadas, localizadas em São Paulo, São Bernardo do Campo, Itanhaém, Mongaguá e Praia Grande. Acesso ao documento em: 3 Dez. 2018.

políticas públicas especificamente para população indígena e reeducar os profissionais que têm contato com essa população.¹⁶

Por morar no bairro Santa Cruz (região pós-balsa de São Bernardo), a professora Josie captou o interesse de alguns moradores e estudantes sobre quem são e como vivem os indígenas da Guyrapaju.

Com esse sinal, sugeriu que a Guyrapaju abrisse a aldeia para visitas de escolas. Esse diálogo entre ela e os Guarani Mbya pode ser visto como um caminho efetivo e oposto ao falso sincretismo cultural que prejudica diversas áreas, entre elas, a educacional. É um dos aspectos levantado por Munanga:

No Brasil o mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa” e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro. (MUNANGA, 2003, p. 11)

Nesta linha de reflexão, a etnia é uma das condições mais fortes para se concretizar a cultura. Como bem descreveu Ribeiro, a etnia “resiste às guerras se há sobreviventes; resiste à transformação ecológica de seu hábitat. Resiste até ao assédio missionário que, mesmo exercido secularmente, não converte ninguém, nem europeíza ninguém [...]” (RIBEIRO, 2009, p. 12).

¹⁶ Informação fornecida em conversa do dia 30 de novembro de 2018 no bairro Santa Cruz, distrito do Riacho Grande.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das leituras que norteiam os conceitos centrais – resistência cultural e relação intercultural – e da pesquisa em campo focada na comunidade indígena da aldeia Guyrapaju, é perceptível que essa população continua coexistindo não só pela autonomia. Ela busca manter seus direitos junto aos órgãos competentes da instância municipal, estadual e federal, com apoio de parceiros.

Seguindo o raciocínio de Ribeiro (2009), a Guyrapaju se caracteriza pelos Guarani Mbya com contato intermitente e integrados, ou seja, continuam com autonomia cultural e língua própria, mas adaptam alguns costumes pelas limitações que a proximidade com os não indígenas e o contexto urbano impõem.

Como parte da transfiguração étnica (Ribeiro, 2009), a comunidade pesquisada se mostra mais propensa às coerções tecnológicas. Ao adotar a internet para ampliar a comunicação com outras aldeias e a divulgação de seus serviços, a Guyrapaju sentiu a necessidade de limitar o acesso à rede para manter a organização e tarefas dos seus habitantes.

Durante a pesquisa foi investigada e identificada como se dá a resistência cultural, a relação intercultural e o confronto com os *jurua*. Consequentemente, foram essenciais as reflexões feitas a respeito do modo de viver dos Guarani Mbya.

Mesmo como um grupo étnico que se estende da região Sul até o litoral do Espírito Santo e com presença em parte das regiões Norte e Centro-Oeste, ficou clara a hipótese de que os Guarani Mbya integram os núcleos marginalizados do país, pois ainda são minorias em direitos e em representatividade política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCLINI, Nestór García. Introdução à edição de 2001 – As culturas híbridas em tempos de globalização. In: **Culturas Híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular no Brasil**. Primeira edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil - História, direitos e cidadania**. 1ª ed. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2012.

FUNAI. **Indígenas de São Paulo aprovam componente do Plano Básico Ambiental referente à duplicação de malha ferroviária**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4556-indigenas-de-sao-paulo-aprovam-componente-do-plano-basico-ambiental-referente-a-duplicacao-de-malha-ferroviaria>>. Acesso em: 22 Jul. 2018.

IBGE. **População indígena – gráficos e tabelas**. Brasil 1991-2010. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>>. Acesso em: 20 Nov. 2018.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso**. Maringá, PR: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.

Mbya, Guarani. **Nhande Mbaraete: fortalecimento da história guarani: Terra Indígena Jaraguá**. 1ª ed. São Paulo: Tranças Edições, 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Demarcação do território Tenondé Porã**. Portaria nº 548, de 5 de maio de 2016. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=80&data=06/05/2016>>. Acesso em: 22 Jul. 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 12 Nov. 2018.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no**

Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, Cristhian Teófilo da. Identificação étnica, territorialização e fronteiras: A perenidade das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista. In: **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v. 2, n. 1, p. 113-140. Julho de 2005. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Revista-Estudos-e-Pesquisas/revista_estudos_pesquisas_v2_n1/3.%20Identificacao_etnica_territorializacao%20e%20fronteiras.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2018.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2005. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT16042010145008.pdf>>. Acesso em: 2 Jul. 2018.

Terra Indígena Tenondé Porã. Disponível em: <<https://tenondepora.org.br/sobre/>>. Acesso em: 19 Jan. 2019.

APÊNDICE A – Entrevista

A1 - Ficha de pesquisa

Nome: Maurílio Mirim dos Santos Karai

Etnia: Guarani Mbya

Idade: 25 anos

Profissão: líder indígena da aldeia Guyrapaju, em São Bernardo do Campo

Nome: Francisca Martins da Silva Guarani

Etnia: Guarani Mbya

Idade: 37 anos

Situação: moradora da aldeia Guyrapaju, em São Bernardo do Campo

Entrevista concedida na aldeia Guyrapaju no dia 30/11/2018.

Além da prévia conversa em agosto e outubro de 2018 com Iracema Martins da Silva Ará, uma das lideranças indígenas da mesma aldeia, quando foi explicada a proposta desse trabalho de conclusão de curso, mais informações foram apresentadas por Maurílio e Francisca.

Em conversa com a pesquisadora, ambos falaram do modo de viver (*nhandereko*) dos Guarani Mbya, da resistência cultural e da relação intercultural praticada no território localizado na região pós-balsa de São Bernardo do Campo, próximo ao bairro Santa Cruz do distrito de Riacho Grande.

Abaixo, Maurílio está identificado pela sigla M.K, Francisca por F.G e a pesquisadora Jariza Rugiano por J.R. Observação: perguntas (em negrito) indicadas sem o J.R foram adicionadas durante a conversa.

J.R: Desde quando a aldeia Guyrapaju está em São Bernardo do Campo, região pós-balsa? Por que escolheram essa região?

M.K: Desde 2012.

A vinda pra cá foi no coletivo, minha avó [Alice Martins da Silva Para Poty] e mais uma família. Foi uma decisão da comunidade.

Vimos para cá porque estava no processo de demarcação, processo do estudo (de antropólogos e Funai). Nós Guarani, principalmente as lideranças falam para nós expandir mais nossa presença para ter mais força. Por isso, ocupamos aqui em coletivo. Alguns já viviam na aldeia Krukutu, em São Paulo, e vieram pra cá para expansão da comunidade e firmar espaço na aldeia Guyrapaju.

J.R: Vocês são de qual cidade/estado?

F.G: A gente já morava faz tempo na aldeia Krukutu, que fica em parte de São Paulo. A gente morava entre famílias alguns anos. Como os parentes vêm chegando, a aldeia fica pequena. Não dava pra todos fazerem sua rocinha, plantar. Por causa disso a gente também passou pra cá, pra também ajudar no processo de apressar a conclusão dos estudos.

O que quer dizer com Estudos?

F.G: Estudos de antropólogos chamados pela Funai, para estudo do território para verificar onde poderia demarcar.

Na verdade o meu pai, o Nivaldo, foi fundador da aldeia Krukutu. Ele e minha mãe são do Paraná.

De qual cidade do Paraná?

F.G: Acho que de Palmeirinha. Não lembro quando vieram.

A TI Tenondé Porã continua formada por sete aldeias? Foi demarcada como terra indígena em 2016, após 30 anos de luta do seu povo?

F.G: Agora já são oito aldeias.

M.K: Sim, a demarcação da TI Tenondé Porã foi formalizada em 2016, depois do homologamento.

F.G: Demorou pra gente ganhar esse processo mesmo.

M.K: Mas hoje a gente está correndo o risco de perder esse processo. Não só em São Paulo, em vários estados. O povo Guarani vive do Rio Grande do Sul até Espírito Santo, com maioria em áreas que ainda estão em estudo, em andamento de processo para demarcação. Hoje temos 129 terras indígenas em área de estudo e levantamento na área de pesquisa, ainda em processo para serem demarcadas. Essas 129 talvez tenham ameaças de ano que vem ter processo paralisado pela atual situação política.

Não sei se vocês têm o dado de terras do Guarani Mbya, a quantidade de aldeias demarcadas. Tem o total de demarcadas?

M.K: Isso é difícil saber, não tenho essa informação.

J.R: Quantas pessoas vivem na aldeia, ainda 40? Elas estão distribuídas em quantas famílias? Maioria mulheres ou homens? Maioria de qual idade?

M.K: Continua o mesmo, 40 pessoas. E 13 famílias.

M.K: Mais crianças de zero até 15 anos, mais adolescentes.

F.G: É misto (quanto à quantidade de mulheres e homens).

J.R: Os alimentos da horta, quais são? Vendem e pra quem? Como está a condição da horta?

M.K: Hoje nós estamos sofrendo por conta da questão do saneamento básico aqui na aldeia. Com isso, a gente tenta manter a horta, mas não deu certo por causa da água não suficiente pra irrigar. Por enquanto, a horta está parada. Ainda sem previsão de quando volta a mexer nela.

J.R: Os banheiros secos já estão em uso e finalizados? O que melhorou?

M.K: Já finalizados. Tudo que é de privada e chuveiro vai pra tratamento de resíduos. Senti um pouco de melhora.

J.R: Quais os espaços: casa de reza, escola, horta... O que mais?

M.K: São esses espaços mesmo e o banheiro seco.

J.R: As casas são de madeira e barro?

M.K: Sim. As casas são de pau a pique e barro.

J.R: Qual o tamanho/extensão da aldeia Guyrapaju?

M.K: Não temos essa informação.

Questões voltadas à resistência cultural:

J.R: Como é a forma de resistência cultural dos Guarani Mbya da aldeia Guyrapaju em São Bernardo do Campo? Preciso saber como vocês mantêm a cultura, os costumes, os saberes, a vivência. Por mais que estejam em região isolada do centro, também estão próximos da parte urbana da cidade. O que fazem para manter a cultura de vocês?

F.G: A gente sempre mantém a nossa língua, a *opy* (casa de reza), que é a nossa força maior para não perder nossa cultura, e sempre prestar atenção ao que o nosso pai e nossos avós, os mais velhos, sempre passam os saberes, o conhecimento sobre a vida de geração por geração. A gente não tem documento sobre essas coisas, mas tem memórias e a gente guarda na nossa memória. E isso é repassado pra outras gerações. É assim que mantemos nossa cultura até hoje, como o de canto e dança, a casa de reza, cerimônia que fazemos todo ano, como a cerimônia da erva-mate.

J.R: Qual costume ou cerimônia fortalece sua cultura e identidade indígena? Como é essa cerimônia da erva-mate?

M.K: Nós Guarani temos nosso calendário, calendário guarani. Trabalhamos com ele também para ver a época de fazer cerimônia ou de caça, da pesca, sempre através do calendário ou do tempo. Isso a gente aprende com os mais velhos, que seria o pajé. A gente vai conhecendo mais através dele. Como eu sempre disse, o nosso caderno é a casa de reza e a nossa caneta é o cachimbo, aonde aprende mais coisa. E também através da nossa reza, dança e canto, a gente se fortalece.

A cerimônia de erva-mate é feita durante agosto (ano novo), quando começa o ano pelo calendário guarani. Os homens, no primeiro dia, preparam a erva-mate e quando dá meio-dia em ponto o pessoal se reúne na casa de reza para cerimônia. Prepara tudo lá dentro, amarra a erva-mate, mas não vou falar tudo de como ocorre essa cerimônia porque só quem participa sabe os detalhes. Essa cerimônia leva dois dias. De manhã as mulheres preparam a cerimônia.

No dia 1º de agosto?

M.K: Isso quem decide é o pajé. A data é relativa, desde que aconteça em agosto. Também recebemos os nomes das crianças para batismo nessa cerimônia.

Além da cerimônia da erva-mate, tem mais outra que querem destacar?

M.K: Temos outras cerimônias que também fazemos anualmente. Mas isso depende do pajé, porque hoje não temos muito, por exemplo, milho tradicional. Também fazemos cerimônia do milho, só que aqui é difícil. Quando planta, difícil de dar o milho, outro dos nossos alimentos consagrados [milho, mel e erva-mate são alimentos sagrados e utilizados no batismo de crianças, quando também recebem espíritos protetores. Esses alimentos ajudam a manter os espíritos protetores por perto]. O que a gente faz é da erva-mate porque é mais fácil de encontrar quando planta.

J.R: Como a territorialidade e a mobilidade são determinantes na resistência cultural do seu povo? Como a terra é condição para manter cultura, costumes e saberes?

M.K: Antigamente nossos ancestrais, naquela época não existia território com divisão, por exemplo, estado, município. Era livre. Andavam muito em busca de terra sem mal. Antigamente, nossos antepassados, nossos avós e pajé sonhavam através de reza e em sonhos com terra sem mal, onde se mostrava o caminho. O caminho era longo, mas nosso antepassado andava a procura da terra sem mal. Hoje não fazemos mais essas caminhadas longas, mas antigamente fazia muito. Vinha pessoal de Argentina, Paraguai, atravessava Rio Grande do Sul, caminhava pela beira da praia. Conforme as famílias vão andando, algumas famílias vão se fixando em alguns territórios pelo caminho. É o que eu entendo pela história que meus antepassados passaram pra mim.

Hoje a cultura muda um pouco para o Guarani e para outras etnias. Hoje sabemos que é difícil, ainda mais pela questão política. Tentamos manter nosso território, não significa que ninguém pode sair do lugar. Quando tem parentes distantes, o pessoal vai pra outra aldeia e fica um ano ou seis meses e depois retorna.

Isso também tem a ver com a condição da terra? Como vivem do que plantam, pelo o que pesquisei do povo de vocês, tem o costume de deixar a terra descansar. Por isso mudam e retornam? Tem relação com isso?

F.G: Antigamente a gente não tinha limites de lugares. A terra era livre. Como os não indígenas criaram município, estado, aí foi dividindo o espaço e com isso a gente não tinha mais liberdade de ir pra outro lugar e fazer o que antigamente fazia. Por isso antigamente procurava mais terra sem mal. Atrapalhou esse costume. Como está difícil conseguir demarcação, então ficamos mais nessas aldeias, mudamos menos para garantir espaço.

J.R: A horta está parada, como disseram. Mas se voltar, pretendem vender os alimentos aqui na região? Ou entre aldeias?

M.K: Pensamos nessa possibilidade. E temos outro projeto que está para vir, a criação de galinhas. Estamos pensando na venda de alimentos da horta, de ovos, vender aqui na região, em escolas.

J.R: Quando a internet e o telefone foram instalados? Pra qual finalidade?

M.K: A internet e o telefone chegaram há pouco tempo. Não faz um mês. É bem recente.

Hoje precisamos de contatos para ficar mais atento a tudo e passar informação, quando tem emergência. Pra manter contato com lideranças indígenas de outras aldeias. Também ajuda no contato com pessoas que querem passar pela visita guiada aqui na aldeia.

J.R: Quais as próximas estruturas que vão instalar na aldeia?

M.K: Têm algumas coisas previstas, por exemplo, ação comunitária, mais casa de moradia pra quem já mora aqui, casa de cultura para aumentar as visitas de turistas. Sem previsão de início.

J.R: Como vivem na aldeia – trabalho, subsistência, estudo, comunicação, organização?

M.K: O nosso dia a dia aqui tem crianças que estudam de manhã, das 9h ao meio-dia, depois as crianças menores que estudam de uma hora até quatro horas. Tem algumas pessoas daqui apoiadas pela Rumo para atuar como agentes ambientais, tem quatro pessoas que estão fazendo um curso para se capacitar como agente ambiental.

F.G: A ideia de lideranças da aldeia é criar um grupo de agentes ambientais por meio da Rumo Logística, que ajuda no custo do curso.

Como nossa aldeia foi impactada pela obra dela, linha de trem, a gente tem direito de receber a indenização por compensação ambiental. Essa é uma das compensações. Serve para quando ocorrer novas demarcações, para esses indígenas ficar monitorando a área, cuidar mesmo do nosso território. Pra gente tudo o que existe na mata é importante, principalmente a água, os animais, a mata. Pessoas das oito aldeias participam desse curso que dura dois anos, está sendo muito legal. Esse curso começou esse ano [2018].

Além dessa capacitação de alguns indígenas como agentes ambientais, tem mais alguma coisa que querem destacar quanto à organização?

M.K: O Elson (Elson da Silva Karai - outra liderança da Guyrapaju), ele trabalha de agente comunitário de saúde, levando pacientes para fazer exame em São Paulo.

Ligado ao CRAS?

M.K: Não.

Mais alguma coisa?

M.K: O que a gente tenta buscar hoje, assim, de recurso é através do artesanato e de visitas de escolas, de turista, da universidade, cobrando uma taxa, um pacote. Com isso, arrecada valores por oferecer oficinas, visita guiada.

Vocês se revezam nessa atividade guiada?

M.K: Depende do número de visitantes, para se dividir. O dinheiro é da aldeia, coletivo.

Vivemos mais de doação também. Quando a escola é municipal e estadual, fazemos acordo para arrecadar alimentos pra cá. E quem mais tiver interesse em doar.

J.R: Como praticam a espiritualidade e conservação dos saberes?

M.K: No meu ponto de vista já faz tempo quando veio a igreja para várias aldeias, eles dizem que quer ajudar no sentido de querer trocar a cultura, impondo a crença deles. Quando vem alguém de alguma igreja aqui, eu sempre falo "quando quer ajudar, ajuda, sem querer mudar nossa cultura, nossos costumes." Quando se fala isso, eles ficam já desanimados, não voltam tanto. Mas tem alguns pastores que sempre vêm aqui.

Isso atrapalha muito. Eu vejo em outras aldeias que eles vão e parece que controlam os indígenas. Vi em uma aldeia que estão querendo acabar mesmo com a cultura indígena. Levam caixa de som, fazem um culto durante o dia e a noite, pegam essas caixas e levam pra dentro da casa de reza. Isso é uma falta de respeito com as comunidades e a própria *opy*.

De noite fazem o culto, ficando horas e horas ali, atrapalhando também a nossa questão espiritual, o nosso canto, a nossa reza. Uma falta de respeito aos Guarani.

F.G: Sempre precisa ser respeitado, que cada povo tem sua própria religião. Respeito as igrejas e outras religiões, mas parece que as igrejas não têm esse lado, pensam que não temos uma crença e quer que a gente aprende a delas. Isso é muito ruim, porque atrapalha entre nosso povo, quando se tem alguém que acredita e outro que não.

M.K: As famílias ficam divididas, chega a entrar em conflito. Vi muito isso em aldeias onde igrejas vão. Tem pastor que fala assim: - você aceita Jesus? Aí o pessoal fala: - Não. Aí o pastor disse, já influenciando, que quando você não aceita Jesus, o seu nome não estará na lista de quem vai para o céu. Aí eu penso se isso fosse verdade pra nossa cultura, porque quando o Guarani nasce ele já vem com nome já escrito pelo nosso Deus, que é dado pelo pajé que identifica o espírito?

Eu sempre falo isso para os pastores, eles ficam sem graça. Falo quando é na aldeia onde eu vivo. Agora se for em outras aldeias, quando eu visito, eu não tenho direito de interferir, pois cada aldeia tem liderança. Conforme a liderança vai aceitando essas visitas, os *jurua* cada vez mais ficam à vontade.

Podem surgir conflitos entre vocês por mudar costumes e crenças?

F.G: Sim.

M.K: Uma vez eu acompanhei um pastor na igreja e a visão dele de tentar mudar a cultura, e como eles têm cursos pra isso, para formar índios como pastores, porque falam em ter dificuldade de entrar na aldeia pra passar a palavra de Deus, como eles falam. E aí quando um Guarani se forma como pastor, ele não tem dificuldade de entrar, através dele os outros indígenas conhecem Jesus. Eles têm essa estratégia.

O que eu sempre falo é que eu não sou contra o indígena que quer ser pastor na aldeia, o índio pode ser pastor, mas ele tem que morar fora da aldeia e viver como os da igreja, como os pastores. Ser pastor na aldeia pra mudar a cultura da gente, como a dele está sendo mudada, acho ruim. Não sou contra ninguém, queremos ser respeitados.

A casa de reza, só vocês da própria aldeia que podem entrar?

M.K: Hoje nosso povo e alguns amigos que ajudam a aldeia, mas tem regras que devem ser respeitadas. Não pode tirar foto lá, alertamos isso durante as palestras que realizamos nesse

espaço para o *jurua*.

Questões focadas na relação intercultural:

J.R: Como acontece a relação intercultural com os *jurua* da região?

M.K: No meu ponto de vista, o Guarani tem dificuldade de sair da aldeia, de ficar muito na cidade, porque nosso costume é ficar na aldeia para fazer nosso trabalho, nossas atividades. Quando vamos pra cidade é pra visitar outras aldeias, outros amigos ou fazer uma comprinha no supermercado. Difícil de sair.

Hoje temos algumas ameaças através dos vizinhos, a questão política, a demarcação de terras. Temos medo de ficar saindo muito nas estradas ou na cidade mesmo, a gente sempre se comunica antes de sair, fala o horário que vai voltar, pra gente já ficar atento. Se passou horário ou não, pra já tentar encontrar quem saiu.

Sempre saímos em grupo e deixamos mais gente aqui pela aldeia.

Já aconteceu duas vezes já. Dois anos atrás entrou um *jurua*, não sei se pra fazer maldade ou pra assustar, entrou aqui na aldeia e na época minha irmã morava sozinha e ela percebeu que ele estava de olho na casa dela. Quando ela saiu, ele tentou pegar ela, mas ela gritou e todo mundo aqui ajudou ela.

Nesse sábado passado [24/11/2018] aconteceu de novo aqui, infelizmente, com meu irmão que é mudinho. Ele não ouve também. Quase aconteceu a mesma coisa. Como temos o costume de ficar na casa de reza toda noite, até meia-noite ou uma hora da manhã, e quando acaba cada um vai pra sua casa descansar.

O meu irmão tem costume de contar as coisas que quer fazer e durante a noite ele estava querendo ir no banheiro fazer a necessidade dele. Avisou o irmão mais novo e saiu. Minha mãe percebeu que ele não voltava. Entrou na casa dele e viu que não estava, ela saiu pra procurar e não encontrou. Já tinha passado tempo. Ela bateu na minha porta pra avisar que fazia tempo que ele saiu e não voltou. Eu fiquei preocupado, peguei a lanterna pra procurar ele e nada dele. Como ele tem o costume de atravessar de barco para a Krukutu, pensei em ir na represa. Mas o barco continuava lá.

Voltei logo pra cá, avisando o pessoal que ele não voltou. Mais gente ajudou a procurar, nisso passou três horas. Quando deu quatro horas da manhã ele chegou apavorado. Como ele não fala, teve dificuldade para explicar o que aconteceu.

No dia seguinte, no domingo às quatro horas da tarde, ele conseguiu contar o que tinha sofrido. Ele foi agarrado por quatro homens que estavam encapuzados e ameaçaram ele com arma, apontando pra cabeça dele, e com facão também, além de tampar a boca dele pra não gritar.

Ficamos assustados. Isso é uma coisa muito triste, assustadora. A nossa crença é que na casa de reza conseguimos aumentar nossa força, de se livrar de coisas ruins.

F.G: Isso é muito triste. Ele ficou traumatizado agora, tem medo de andar sozinho, não está bem espiritualmente também.

M.K: Hoje ele está na Krukutu, na casa da irmã dele, mas ela falou que vai procurar um

psiquiatra. Mas graças a Deus o pior não aconteceu. O mais importante é que ele conseguiu voltar.

Na casa de reza se reúnem a partir de qual horário?

M.K: Geralmente das quatro da tarde até meia-noite.

Por aqui ser uma região mais distante, talvez fique mais difícil de polícia vir. Recebem algum apoio nesse sentido, em segurança?

M.K: Não, difícil.

Tem outro ponto que querem destacar quanto ao relacionamento com os *jurua*? Alguma limitação que sentem ou por não concordar com costumes da cidade?

M.K: Não, porque o Guarani tem mais o costume mesmo de ficar longe da cidade. Tanto a questão da saúde, da sabedoria, da vivência, tudo isso antigamente também se mantinha longe da cidade pra não pegar doença.

Quando precisam de algo em hospital, usam a rede de São Bernardo, como UBS ou outra unidade de saúde?

M.K: Quando a pessoa ou a criança fica doente, primeiro é tratado pelo pajé. O pajé decide qual é o tipo da doença, se é física ou espiritual. Aí vai para o hospital ou fica na aldeia pra ser cuidado espiritualmente.

As atividades de visita guiada é outra forma de contato com os *jurua*?

M.K: Sim.

Teve alguma adaptação na cultura, costumes ou vivência de vocês que acabaram mudando por causa da proximidade com a cidade e com os *jurua*?

F.G: Mudou um pouco nossa alimentação. A gente plantava e se alimentava também de peixes, frutífera, vivia mais se sustentando das próprias coisas que a gente plantou. Mas como agora algumas aldeias são pequenas, não dá pra fazer sua roça, não consome mais, porque não planta tanto.

Como a gente mora perto da cidade, recebemos doações. Eu sinto falta da alimentação tradicional com milho, mandioca, batata doce, peixe.

Por causa da poluição não pode pescar. Se a gente não comprar ou não aceitar doação, a gente não vai ter o que comer. Todo mundo aqui não é de ferro pra passar fome.

Ainda mantém pesca e caça?

M.K: Mantemos um pouco, às vezes a gente se organiza pra sair pra caçar a noite, ou pra pesca. A gente tenta manter, mas está difícil.

Para plantar, por enquanto, não está sendo possível por causa da falta de irrigação?

M.K: Isso.

J.R: O que mudou na sua religião/crença? Já ocorreu tentativa de *jurua* converter para alguma religião? Como foi?

M.K: Não mudamos. [O restante da resposta já dado anteriormente].

J.R: Houve alguma mudança na organização da aldeia, por exemplo, apoio de tecnologia? E nos hábitos alimentares? E na hierarquia? Por quê?

M.K: No meu ponto de vista o que adaptamos foram nossas casas, por causa do material. Hoje não temos mais o capim e nem a taquara pra fazer o telhado. Hoje se adapta mais com telha, algumas paredes de tábuas.

[Sobre mudança alimentar, já responderam anteriormente.]

Mantemos nossa organização no coletivo.

J.R: Qual foi a mudança em costumes?

F.G: Por não poder plantar, por enquanto, teve mudança na alimentação e nos materiais pra fazer nossas casas.

J.R: Mudou a relação entre vocês?

M.K: Muda muito agora, porque hoje perto de aldeias tem UBS, tem acompanhamento médico. Isso muda a questão dos cuidados entre casais. Hoje as leis também já entram na aldeia.

O CRAS cuida da questão da Bolsa Família, cadastramento em programas, cesta básica.

Todas as famílias daqui contam com o Bolsa Família? E sabem quantas famílias recebem?

M.K: Nem todas as famílias recebem. Não sei quantas recebem.

Mais alguma mudança feita?

M.K: Acho que não.

J.R: Como é a relação com a Prefeitura de São Bernardo do Campo? Quando começou?

M.K: Difícil. A Prefeitura ainda não reconhece a aldeia como parte do município. Com a Prefeitura mesmo nunca teve uma conversa. Não entramos em contato direto com ela, mas através de parceiros a gente já tentou marcar reunião.

Esse parceiro foi a Associação que fez o banheiro por aqui?

M.K: Sim.

F.G: contamos com o Ministério Público também.

Para fazer o banheiro precisou ter autorização?

M.K: Para trazer material pra cá foi difícil. Teve que pedir autorização da Prefeitura.

Hoje temos outro problema, na questão de acesso à aldeia. Abrimos um caminho pra entrar carro de ambulância, viatura, pra isso a gente fez uma estradinha. Mas a vizinha fechou de novo. Temos essa dificuldade de acesso à aldeia para carregar materiais, alimentação.

J.R: Como é a relação com a empresa Rumo Logística (Grupo Cosan - antiga ALL)? Quem é o profissional que conversa com vocês? Tem o contato?

M.K: Essa pergunta é difícil porque a gente não acompanha muito. Tem uma comissão no território indígena Tenondé Porã que é chamado Comitê Interaldeias. Nisso têm outros organizadores que acompanham esse processo. O que a gente tem de informação é pouca. Quando envolve projetos, sempre comunica pra gente. Mas nossa relação direta com a empresa é difícil.

O site da Tenondé Porã, por onde divulga as visitas guiadas para interessados, também é mantido pela empresa. A internet e o telefone também. Todo projeto é através da compensação ambiental.

F.G: Outro projeto é a capacitação de barqueiros, formar pessoas pra ser barqueiro e ter essa habilitação. Alguns já fizeram curso, estão trabalhando assim.

Essa compensação ambiental ocorre desde qual ano?

F.G: Faz tempo, mas não sei dizer exatamente.

M.K: Na semana passada recebemos notícia também deles, de talvez paralisar o trabalho deles (obra e compensação) por causa da mudança de governo. Pode ser que tudo corre risco.

J.R: Como funciona a visita guiada e desde quando a oferece para não indígenas? Também oferecem para outros grupos indígenas? Desde quando?

M.K: Para turista fazemos há pouco tempo. O acesso aqui é difícil, dificultando o turismo na aldeia. Mas a gente tenta manter. A gente também tenta negociar com escola do estado ou do município, tentando fazer uma troca. Quando não tem como pagar entrada, também tentamos ajudar eles. Pedimos doação de 1 kg de alimento de cada aluno.

Fazemos oficina de arco e flecha, de zarabatana, a caminhada, palestra na casa de reza, coral com as crianças, canto e dança, dança dos guerreiros (do *xondaro*). Essa é a visita completa. Em passeio particular fica R\$ 25,00/pessoa.

Quando o grupo é menor, não conseguimos oferecer todas essas atividades porque as pessoas que realizam a atividade também são pagas. É formada por palestra na casa de reza, venda de artesanato e trilha. Quando é possível, fazemos demonstração da alimentação tradicional.

Também oferecem essa visita guiada para grupos indígenas de outras etnias?

M.K: Ainda não. Mas se tiverem interesse, atenderemos sim. Ainda não procurou a gente, nossa aldeia.

****Algo que queira acrescentar que não foi perguntado?**

M.K: É importante falar um pouco da interferência da tecnologia. Atrapalha um pouco as crianças das aldeias. Celular e televisão atrapalha um pouco.

F. G: Tentamos controlar eles, pra não abusar tanto.

M.K: Temos horário para disponibilizar internet. Dia de semana deixa eles mexerem entre uma hora e quatro horas da tarde. E de final de semana e feriado é livre.

F.G: É livre se não tiver nossas atividades, como cerimônias.

Tem algum ponto específico na colocação ou atuação das mulheres na aldeia? Ou prevalece coletivo?

F.G: Agora a mulher pode trabalhar em outros lugares, como posto de saúde, em escola, como agente de saúde. Está melhor por esse lado. Antigamente só os homens faziam trabalho fora.

Isso começou há pouco tempo por aqui?

F.G: Funciona assim desde que estamos aqui e até um pouco antes.

A relação com as professoras daqui, como é?

M.K: É boa, respeitamos o trabalho delas.

F.G: A professora indígena é da região da Barragem, em São Paulo. É minha filha, a Angelina Martins dos Santos.

Ela é formada em Pedagogia?

F.G: Ainda não, mas tem ensino médio completo. Ela foca no ensino da nossa linguagem.

Tem algum registro/documento/ fotos de quando chegaram aqui? Ou documento que formaliza a demarcação da aldeia ou do território Tenondé Porã?

M.K: Não temos aqui na aldeia. Mas tem no CTI (Centro de Trabalho Indigenista), na Vila Mariana, em São Paulo.

Breve relato da participação da pesquisadora em visita guiada pela aldeia Guyrapaju

Como pesquisadora, eu pedi para participar de uma visita guiada que a aldeia Guyrapaju oferece aos *jurua*. Ao integrar um grupo pequeno, de quatro pessoas no total, eu verifiquei como essa atividade é realizada.

No domingo do dia 2 de dezembro, chegamos às 9h40 e Maurílio Mirim dos Santos Karai nos recebeu. Maurílio explicou que eles consideram como nome próprio o dado pelo pajé, ou seja, o dele como Mirim Karai. E Maurílio considera como apelido.

Às 9h50, palestra na casa de reza

Maurílio Karai começou a apresentar alguns costumes dos Guarani Mbya e como geralmente se dão as atividades nesse espaço espiritual. Aponta quando chegaram e formaram a aldeia Guyrapaju, a quantidade de pessoas que vivem lá, os horários das aulas para as crianças e disse que a UBS da Krukutu costuma receber mais os pacientes indígenas. Também destacou que atualmente lutam por uma base de saúde para a Guyrapaju, além de informar que o território Tenondé Porã (já demarcado) tem mais de 16 mil hectares, com maior parte em parque estadual.

Informou que existem 129 terras esperando pela demarcação. “Que venham mais 500 anos, vamos continuar resistindo”, ele disse em relação a um governo mais conservador que não costuma dar atenção necessária ao povo indígena. Citou algumas ameaças à população indígena, como a PEC 215 e o Marco temporal.

Maurílio comentou que os indígenas mais velhos geralmente se tornam lideranças atrás de

recursos, projetos e verificam se há espaço na aldeia para a chegada de mais famílias. Para 2019 pensam em aumentar a casa de reza.

Informou que as casas são feitas com pau a pique e brasilit nas telhas, pois não tem palha para o teto, material ideal para os Guarani, que a consideram mais resistente diante das mudanças climáticas.

“Para nós Guarani não tem horário, esse tempo dividido em horas”, quando se refere ao calendário guarani.

Citou rapidamente as cerimônias que costumam realizar: a do mel, do milho e da erva-mate, esta última voltada ao batismo de crianças, ao Ano novo em agosto e agradecer *Nhanderu* (pai, criador do mundo, divindade).

“Na casa de reza tratamos nossos espíritos.”

Mostrou instrumentos como o violão (*mbaraka*), chocalho (*mbaraka mirim*), tambor, a taquara que só mulher pode tocar, violino (*rave*), cachimbo para reza e que pajé o utiliza para curar pessoas doentes espiritualmente.

Também apontou para um casco de tatu que é usado na lua nova, quando as mães colocam água e banham as crianças, a fim de deixá-las mais fortes pelo simbolismo da resistência desse material. Na casa de reza não pode fotografar.

A palestra terminou às 10h15.

10h15, início da trilha por parte da aldeia até a represa Billings:

O guia da trilha foi o irmão de Maurílio Karai, o Edilson Martins dos Santos Guarani, 21 anos.

Quando perguntei se plantavam algo pela aldeia, ele citou ameixa, goiaba, banana, laranja, mandioca e milho.

Quando mostrou o barco que usam para ir até a aldeia Krukutu (do outro lado da represa), ele disse que o trajeto leva 10 minutos se não estiver ventando.

É a UBS da Krukutu que geralmente utilizam quando precisam de atendimento médico. À direita dessa aldeia fica perto da Ilha do Bororé (perto de Parelheiros e Grajaú), onde há uma outra balsa.

Ele informou que já tiveram dois barcos e um motor roubados.

A trilha terminou às 11h, na escola presente na aldeia.

Na escola, às 11h, exposição e venda de artesanatos:

Alice Martins da Silva Para Poty, avó de Maurílio, junto com Marta dos Santos Jxuka, 24 anos, colocaram em exposição os artesanatos que fazem para vender.

Tinha prendedor de cabelo, zarabatana, cestos (*djaka*), pulseiras, colares, entre outros objetos.

11h15 terminou a atividade de visita guiada. Como o grupo visitante estava com poucos integrantes, muitas atrações da visita não foram realizadas.

APÊNDICE B – Autorizações preenchidas pelos entrevistados

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ Pessoa maior de 18 anos

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem, voz e nome, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e gravações decorrentes da minha participação no projeto de pesquisa acadêmica para o CELACC – Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação, a seguir discriminado:

Título/tema do projeto: Reflexões sobre a resistência cultural do grupo guarani mbya da aldeia Guyrapaju em São Bernardo do Campo

Pesquisadora: Janiza Rugiano

Orientador da pesquisa: Prof. Dr. Silás Nogueira

Coordenador do curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais: Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Objetivos principais:

Entrevistar algumas lideranças indígenas da aldeia para entender percepções desse povo a respeito da própria resistência cultural e relação com os não indígenas da região.

As imagens, a voz e o nome poderão ser exibidos: nos relatórios parcial e final do referido projeto, na apresentação audiovisual do mesmo, em publicações da pesquisa e divulgações acadêmicas, em simpósios, fóruns e eventos científicos nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

30 de novembro de 2018.

Assinatura

Nome: Janiza Rugiano mbya Guarani

RG.: 33.367.656-7 CPF: _____

Telefone1: (11) 969084664 Telefone2: () _____

Endereço: Aldeia Guyrapaju



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ
Pessoa maior de 18 anos

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem, voz e nome, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e gravações decorrentes da minha participação no projeto de pesquisa acadêmica para o CELACC – Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação, a seguir discriminado:

Título/tema do projeto: Reflexões sobre a resistência cultural do grupo guarani mbya da aldeia Guyrapaju em São Bernardo do Campo

Pesquisadora: Janiza Ruggiero

Orientador da pesquisa: Prof. Dr. Sifas Nogueira

Coordenador do curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais: Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Objetivos principais:

Entrevistar algumas lideranças indígenas da aldeia para entender percepções desse povo a respeito da própria resistência cultural e relação com os não indígenas da região.

As imagens, a voz e o nome poderão ser exibidos: nos relatórios parcial e final do referido projeto, na apresentação audiovisual do mesmo, em publicações da pesquisa e divulgações acadêmicas, em simpósios, fóruns e eventos científicos nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

30 de Novembro de 2018.

Maurício Nilton dos Santos

Assinatura

Nome: Maurício Nilton dos Santos

RG: 44399069-0 CPF: _____

Telefone1: () 41183455 Telefone2: 04988155719

Endereço: Aldeia Guyrapaju



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ
Pessoa maior de 18 anos

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem, voz e nome, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e gravações decorrentes da minha participação no projeto de pesquisa acadêmica para o CELACC – Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação, a seguir discriminado:

Título/tema do projeto: Reflexões sobre a resistência cultural do grupo guarani mbya da aldeia Guyrapaju em São Bernardo do Campo

Pesquisadora: Spiza Rugiano

Orientador da pesquisa: Prof. Dr. Silas Nogueira

Coordenador do curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais: Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Objetivos principais:

Entrevistar algumas lideranças indígenas da aldeia para entender percepções desse povo a respeito da própria resistência cultural e relação com os não indígenas da região.

As imagens, a voz e o nome poderão ser exibidos: nos relatórios parcial e final do referido projeto, na apresentação audiovisual do mesmo, em publicações da pesquisa e divulgações acadêmicas, em simpósios, fóruns e eventos científicos nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

05 de dezembro de 2018.

Maria de Oliveira Unso
Assinatura

Nome: Maria de Oliveira Unso

RG.: 8.959.748 CPF: 077.369.658-03

Telefone1: (11) 368452425 Telefone2: () _____

Endereço: _____



APÊNDICE C – Registro fotográfico na aldeia Guyrapaju

Crédito: abaixo, as fotografias registradas pela pesquisadora Jariza Rugiano.

Foto 1 – Balsa para chegar ao bairro Santa Cruz, no distrito Riacho Grande, em São Bernardo do Campo (2 de agosto de 2018)



Foto 2 – A caminho da aldeia Guyrapaju. (2 de agosto de 2018)



Foto 3 - Placa da Funai apresentando a demarcação da Guyrapaju como parte da TI Tenondé Porã. Esse informativo fica em uma das entradas da aldeia. (30 de novembro de 2018)



Foto 4 – Entrando na Guyrapaju (2 de agosto de 2018)



Foto 5 – Banheiros secos sendo instalados (2 de agosto de 2018)



Foto 6 – Detalhes da aldeia (30 de novembro de 2018)



Foto 7 – Maurílio Karai na escola instalada desde 2018 na aldeia (30 de novembro de 2018)



Foto 8 – Estrutura de internet instalada na Guyrapaju (30 de novembro de 2018)



Foto 9 – Casa de reza (*opy*) da Guyrapaju (30 de novembro de 2018)



Foto 10 – Espaço reservado para futura horta (30 de novembro de 2018)



Foto 11 – Trilha até a margem da represa Billings é um dos passeios da visita guiada pela aldeia (2 de dezembro de 2018)



Foto 12 – Margem da represa Billings, em São Bernardo do Campo (2 de dezembro de 2018)



Foto 13 – Artesanatos expostos e vendidos durante a visita guiada (2 de dezembro de 2018)

